

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº E-396/2024/PGJ, DE 2.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1427/2023-PGJ, de 13.11.2023, na parte que concedeu férias ao Promotor de Justiça Eduardo Fonticielha de Rose, referente ao período aquisitivo 2022/2023, de forma que, onde consta: "10 (dez) dias de férias remanescentes no período de 15 a 24.4.2024", passe a constar: "10 dias de férias remanescentes no período de 6 a 15.5.2024".

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº E-397/2024/PGJ, DE 2.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Janaina Scopel Bonatto, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 e 149, §1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	11	14 a 24.5.2024	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1494/2024-PGJ, DE 4.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Silvia Helena Schiavi de Carvalho, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 45ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 75ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 8 a 26.4.2024, em razão de afastamento da servidora Keyla Pereira Yoshimura, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1495/2024-PGJ, DE 4.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Kalyanna Arar Falcão Rissato, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 50ª Promotoria de Justiça de Campo Grande de 1º a 20.4.2024, em razão de afastamento da servidora Andrea Rocha Benetti, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1496/2024-PGJ, DE 4.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Vinicius Ferreira Martins, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 29ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 31ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 10 a 19.4.2024, em razão de afastamento da servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1497/2024-PGJ, DE 4.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Elisman da Costa Vargas, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 15 a 24.4.2024, em razão de afastamento do servidor Bruno Angelo Castelete, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1498/2024-PGJ, DE 4.4.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor João Augusto Grecco Pelloso, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Ponta Porã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 2 a 24.4.2024, em razão de afastamento da servidora Aydil Carneiro de Souza, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1499/2024-PGJ, DE 4.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Renan da Silva Ovando, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 1º a 10.4.2024, em razão de afastamento da servidora Maria Alice da Silva Paiva Ramos, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/PGJ/2024**

Processo nº 09.2023.00011486-6

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **GOSHME SOLUÇÕES PARA A INTERNET LTDA**, representada por **Luis Felipe Fiocati Melgarejo**.

Procedimento licitatório: Inexigibilidade de licitação.

Amparo legal: Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Fornecimento, pela Contratada, de plataforma jurídica para acesso aos documentos da seção de Jurisprudência, Diários Oficiais, Modelos e Peças, no plano de pesquisa jurídica básica (permite a consulta, cópia e download), pelo prazo de 12 (doze) meses, para o número de 500 (quinhentos) usuários simultâneos, a fim de atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 105.030,00 (cento e cinco mil e trinta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000069, de 1º.04.2024.

Vigência: 05.04.2024 a 05.04.2025.

Data de assinatura: 5 de abril de 2024.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/PGJ/2024

Processo nº 09.2023.00011071-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA**, representado por **Everson Silva Leite**.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Aquisição de licenças de atendentes do *Contact Center OmniChannel "Altitude Experience"*, pelo período de 12 (doze) meses para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 56.976,00 (cinquenta e seis mil novecentos e setenta e seis reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000071, datada de 02.04.2024.

Vigência: 04.04.2024 a 04.04.2025.

Data de assinatura: 4 de abril de 2024.



REPUBLICA-SE, POR ALTERAÇÃO, O EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PUBLICADO NO DOMP-MS Nº 3.062 DE 8 DE FEVEREIRO DE 2024, PÁG. 49.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 09.2023.00011486-6

Amparo legal: Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: GOSHME SOLUÇÕES PARA A INTERNET LTDA.

Valor: R\$ 105.030,00 (cento e cinco mil e trinta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000069, de 1º.04.2024, do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Objeto: Fornecimento, pela Contratada, de plataforma jurídica para acesso aos documentos da seção de Jurisprudência, Diários Oficiais, Modelos e Peças, no plano de pesquisa jurídica básica (permite a consulta, cópia e *download*), pelo prazo de 12 (doze) meses, para o número de 500 (quinhentos) usuários simultâneos, a fim de atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Justificativa: A escolha específica da empresa Goshme Soluções para a Internet Ltda, encontra respaldo nas justificativas do setor demandante, na exclusividade da fornecedora nos serviços ofertados, bem como a sua qualificação para prestá-los. Assim, diante da análise dos documentos encartados nos autos verifica-se presente a justificativa da contratação, a qual se mostra necessária e deveras conveniente à Administração.

Ratifica: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande/MS, 27 de março de 2024.

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2023.00010519-0

Notificada: CH3 Comércio e Negócios Ltda

CH3 COMÉRCIO E NEGÓCIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 43.684.445/0001-40, sediada na Rua Macaúba lotes 15 E, nº 17, no Bairro Sul (Águas Claras), CEP: 71.928-180, na cidade de Brasília/DF, representada neste ato por Gabriel Ruan Ferrão Chaves, portador do CPF nº 012.xxx.xxx-47, fica notificada da aplicação da sanção de multa moratória por atraso na entrega do objeto, em que o montante perfaz na quantia de R\$ 381,50 (trezentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos), nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, c/c a Cláusula Nona, item 9.1.2, da ARP nº 58/PGJ/2022. A empresa poderá recorrer da decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas no Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Lília Oshiro, 105, Carandá Bosque, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-3980, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0014/2024/13PJ/CGR**

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00038865-7 em que constam como investigado A APURAR e vítima Madleyne Yasmin Crespim, conforme se transcreve: “é possível concluir, a partir dos elementos coligidos, que a morte de MADLEYNE YASMIN CRESPIM ocorreu em decorrência de ações dela própria, sem a interferência de terceira pessoa, o que torna o caso atípico. Diante disso, promovo o arquivamento do presente Inquérito Policial”.

Campo Grande/MS, 04 de abril de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0008/2024/61PJ/CGR

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00035832-0 em que constam como investigado Paulo Donato Salinas Espindola e vítima "A apurar", conforme se transcreve: “excluída a tipicidade material da conduta do investigado pela incidência do princípio da insignificância, deixa o Ministério Público Estadual de ofertar denúncia, requerendo o ARQUIVAMENTO do presente, com fundamento no art. 28 do Código de Processo Penal, ressalvada a hipótese do art. 18 do mesmo Código”.

Campo Grande/MS, 04 de abril de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0028/2024/66PJ/CGR

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00040225-4 em que constam como investigado Juilco Machado De Souza e vítima Eloiza Rosa Farias Ronto conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 04 de abril de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0029/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00056964-3 em que constam como investigado Rafael Gomes Arguelhoe vítima Rute Gomes Pinheiro conforme se transcreve: “pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”

Campo Grande/MS, 05 de abril de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

EDITAL N.º 0001/2024/GACEP**PGA N.º 09.2024.00001157-6****RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N.º 001/2024/GACEP/NOJÚRI, DE 04 DE ABRIL DE 2024.**

Dispõe sobre a necessidade de padronização das diligências mínimas a serem realizadas pela Polícia Civil na instrução de Inquéritos Policiais que apurem a prática de crimes dolosos contra a vida, ainda que na forma tentada.

O GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL – GACEP, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso VII, da Resolução n.º 002/2015-CPJ, de 19 de março de 2015;

O GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DO JÚRI – NOJÚRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 23/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020;

CONSIDERANDO que compete ao GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL – GACEP o controle externo da atividade policial, em sua forma concentrada, previsto nos artigos 4º e 5º, da Resolução n.º 002/2015-CPJ, de 19 de março de 2015;

CONSIDERANDO que, no exercício do controle externo da atividade policial, compete ao GACEP expedir recomendações visando a melhoria dos serviços relacionados à atividade policial ou quaisquer outros relacionados à segurança pública, bem como em defesa de direitos e bens cuja incumbência seja de responsabilidade do Ministério Público, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, prevista no artigo 8º, inciso VII, da Resolução n.º 002/2015-CPJ, de 19 de março de 2015;

CONSIDERANDO que compete ao GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL – GACEP promover contatos, reuniões, encontros e gestão administrativa junto aos órgãos responsáveis pela segurança pública no Estado de Mato Grosso do Sul, com a finalidade de buscar eficiência na prestação do serviço de segurança pública, prevista no artigo 8º, inciso XII, da Resolução n.º 002/2015-CPJ, de 19 de março de 2015;

CONSIDERANDO que compete ao GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL – GACEP fiscalizar o andamento e regularidade de todo e qualquer expediente ou documento de natureza persecutória, ainda que conclusos à autoridade, prevista no artigo 8º, inciso XVII, da Resolução n.º 002/2015-CPJ, de 19 de março de 2015;

CONSIDERANDO que compete ao GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DO JÚRI - NOJÚRI promover a interlocução do Ministério Público do Mato Grosso do Sul com entidades organizadas da sociedade civil dedicadas ao enfrentamento da violência urbana e com os demais órgãos do Estado responsáveis pela garantia da segurança pública e pela repressão aos crimes contra a vida, nos termos do artigo 4º, inciso II, da Resolução n.º 023/2020-PGJ, de 05 de maio de 2020;



CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi entregue pelo legislador constituinte as nobres missões de "defender a ordem jurídica" (artigo 127, CF/88), "promover a ação penal pública" (artigo 129, inciso I, CF/88) e "exercer o controle externo da atividade policial" (artigo 129, inciso VII, CF/88);

CONSIDERANDO que o controle externo das polícias pelo Ministério Público tem como objetivo manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial;

CONSIDERANDO que, para atingir esse fim, é dado aos órgãos do Ministério Público o poder de "expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços policiais, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa seja de responsabilidade do Ministério Público, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis", conforme artigo 4º, inciso IX, da Resolução CNMP n.º 20/2007;

CONSIDERANDO que estão sujeitos ao controle externo do Ministério Público, na forma do artigo 129, inciso VII, da Constituição Federal, da legislação em vigor e da Resolução n.º 20/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, os organismos policiais relacionados no artigo 144 da Constituição Federal, bem como as polícias legislativas ou qualquer outro órgão ou instituição, civil ou militar, à qual seja atribuída parcela de poder de polícia, relacionada com a segurança pública e persecução criminal;

CONSIDERANDO que o Inquérito Policial é peça de informação sobre o fato infringente da norma e sobre quem tenha sido seu autor, bem como sua grande importância na persecução penal e sua influência na ação penal;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 129, inciso I, da Constituição Federal, o Ministério Público é o órgão titular da ação penal pública e destinatário final do Inquérito Policial;

CONSIDERANDO que em eventual julgamento pelo Tribunal do Júri é fundamental que as provas coletadas durante a fase inquisitorial e instrutória possibilitem a formação da convicção do Conselho de Sentença, para que este possa embasar sua decisão de forma justa e coerente;

CONSIDERANDO que o Conselho Superior da Polícia Civil, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, tem por finalidade a coordenação, a fiscalização e a supervisão da atuação da Polícia Civil, velando pela obediência aos seus princípios institucionais, ao cumprimento de suas funções institucionais e à execução de suas competências, no termos do artigo 9º, da Lei Complementar n.º 114/2005;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 11, incisos I e II, da LC n.º 114/2005, compete ao Conselho Superior da Polícia Civil elaborar e examinar as proposições de atos normativos e regulamentação de leis pertinentes às funções da Polícia Civil, e propor medidas para o aprimoramento técnico, a padronização de procedimentos formais e a utilização de novas técnicas, visando ao desenvolvimento e à eficiência das ações policiais;

RECOMENDAM ao Excelentíssimo Doutor Delegado-Geral e Presidente do Conselho Superior da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, Dr. Roberto Gurgel de Oliveira Filho, que encaminhe ao aludido colegiado proposta de elaboração de ato normativo próprio consistente em “Modelo de Atuação Padrão nos Inquéritos Policiais que apurem a prática de crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados”, para que, sem prejuízo das diligências que a autoridade policial que presida o feito venha a julgar necessárias, sejam priorizadas e efetivadas, nos cadernos inquisitoriais, as diligências e intervenções sugeridas nos considerandos abaixo elencados:

1) Que tão logo a Autoridade Policial, ou equipe por ela designada, compareça ao local do delito, sejam realizadas buscas e, em sendo possível, promova a apreensão imediata de câmeras de vigilância que eventualmente circundem o local do crime, atentando-se aos procedimentos relacionados à cadeia de custódia, para o posterior encaminhamento ao Órgão Pericial para realização dos exames que se façam necessários;

2) Que nos casos de tentativa de homicídio, ainda que não tenha havido preservação do local e tenha se dado o socorro da vítima, que haja o comparecimento da Autoridade Policial e o acionamento da perícia técnica para a realização dos exames de praxe, notadamente o exame de local de crime;

a) No caso de não comparecimento da perícia técnica, que seja promovida a captura de imagens amplas do local, de forma a registrar elementos que possam indicar indícios sobre uma possível dinâmica delituosa.



3) Que no ato de tomada de declarações da vítima, de seu cônjuge e/ou familiares (em linha reta ou colateral, até o quarto grau):

a) Seja coletado “Termo de Autorização para acesso à cópia de prontuário médico-hospitalar”, a fim de que, a Autoridade Policial possa solicitar às unidades de saúde que enviem diretamente prontuários médico-hospitalares ao IMOL (ou ao respectivo NRML), para elaboração de laudo necroscópico ou de lesão corporal indireto;

b) Caso seja narrada a ocorrência de crime conexo, que por lei dependa de representação, que a Autoridade Policial proceda a coleta de Termo de Representação, mesmo que seja para constar o desinteresse do ofendido em representar naquele momento, devendo, neste caso, constar o prazo decadencial para que o mesmo represente em desfavor do suposto autor dos fatos;

c) Que o declarante/vítima seja questionado sobre eventuais lesões sofridas, sequelas e tratamentos ainda pendentes, bem como se sofreu abalo psicológico e se suportou prejuízos financeiros para tratamento, apontando ou estimando o montante, a fim de embasar pedido de dano moral e/ou material na denúncia, nos termos do artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal.

4) Que as diligências empreendidas para a localização e apreensão da arma do crime, exitosas ou não, sejam sempre constantes de relatório de ordem de serviço, assim como, em caso de apreensão, que haja sempre o encaminhamento do instrumento utilizado para exame pericial, seja qual for a sua natureza;

a) Caso o crime tenha sido perpetrado com arma de fogo, que seja aferido junto ao autor dos fatos dados cruciais para fins de caracterização do crime de porte de arma, notadamente a data da compra da arma, o valor, o local, quem a teria vendido, em que local e qual o motivo pelo qual o autor a teria comprado, fazendo-se constar ao final a existência de porte e/ou registro do armamento.

5) Que sejam registrados, sempre que possível, dados para a localização futura das pessoas mencionadas no Inquérito Policial, inclusive as testemunhas, notadamente endereço de onde trabalham, contatos telefônicos próprios, de genitores e de irmãos, e-mails e redes sociais, a fim de facilitar sua posterior localização, de forma a sempre observar o disposto na Lei nº 12.037/09¹;

6) No caso de ocorrência de morte de civil, em razão de intervenção policial, que seja realizado exame de local de morte violenta, ainda que não haja preservação e mesmo que tenha havido socorro da vítima, laudo pericial de todas as armas de fogo, sejam as portadas pelos integrantes da guarnição, sejam portadas pelas eventuais vítimas, assim como das munições apreendidas no local, sem embargo do exame necroscópico direto a ser realizado pelo IMOL;

7) Que na elaboração das “Guias de Identificação” ou nos termos de “Vida Pgressa”, elaborados por ocasião dos interrogatórios no bojo dos inquéritos policiais, se faça constar altura e peso do autor dos fatos à época da investigação.

Ademais, esgotadas as considerações de ordem procedimental, acrescentamos à presente recomendação o encaminhamento para deliberação interna por esse Conselho Superior sobre a investigação unificada e padronizada dos crimes de homicídio tentados e consumados, na capital do estado.

Tal sugestão já fora dirigida a Vossa Excelência em relatório anterior alusivo às observações auferidas por este Grupo de Atuação Especial por ocasião das visitas técnicas junto às unidades de polícia civil da Capital.

Assim, meramente retomando alguns pontos, anotaram-se naquela oportunidade alguns considerandos, sendo eles:

a) As delegacias distritais, todas com escrivães e investigadores a menor do que o ideal, possuem uma elevada demanda de procedimentos sob análise, sobretudo considerando o crescimento vertiginoso dos delitos virtuais. Não obstante a seriedade com que a atual administração vem enfrentando tal crise, com a realização de sucessivos concursos e perspectivas concretas de melhora, é certo que os crimes de homicídio, pela gravidade que encerram, são os mais prejudicados quando não é possível a instrução plena e linear de todos os inquéritos. Entretanto, o mesmo não ocorreria se todos esses procedimentos fossem conduzidos pela mesma unidade, com exceção dos feminicídios, a qual estabeleceria as prioridades dentre crimes da mesma natureza, criando metas e ritos próprios;

b) Atualmente os crimes dolosos contra a vida, à exceção dos feminicídios, são apurados pelas sete delegacias

¹ Lei Federal n. 12.037, de 1º de outubro de 2009 – Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o artigo 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.



de área e ao menos mais cinco especializadas (DEAII, DECCO, DEPCA, DHPP e GARRAS), cada qual com ao menos dois Delegados de Polícia. Em que pese a reconhecida capacitação de tais profissionais, tal pluralidade resulta em diversos padrões de investigação distintos, com prioridades e intuições próprias de suas experiências individuais de polícia. Ocorre que, em um sistema persecutório em que o trabalho da Polícia Civil tem seu resultado consumado na condenação que o Ministério Público obtém, mostram-se necessários sincronismos, padrões de ação e modelos de abordagem, o que seria possível com uma unidade conduzindo todos os procedimentos, permitindo inclusive padronizar os *standarts* probatórios das instruções criminais nas ações penais, elevando o potencial punitivo atual.

Deste modo, a recomendação aderente e conclusiva se dá nos seguintes termos:

RECOMENDAM ao Excelentíssimo Doutor Delegado-Geral e Presidente do Conselho Superior da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, Dr. Roberto Gurgel de Oliveira Filho, que encaminhe ao aludido colegiado proposta de fixação das atribuições da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP, a fim de que a mesma passe a deter atribuições para a investigação, desde o flagrante ou registro da ocorrência até a investigação de seguimento, de todos os crimes de homicídio de Campo Grande, novos e já instaurados, excluídos os feminicídios, que são de atribuição exclusiva da DEAM, com possibilidade de fracionamento temporal da remessa dos inquéritos atualmente em trâmite nas demais unidades policiais da capital.

Salientamos, por oportuno, que a presente Recomendação constitui instrumento do Ministério Público Estadual, no exercício do Controle Externo da Atividade Policial, não se revestindo em instrumento de crítica ao trabalho e aos avanços empreendidos pela Administração da Polícia Civil deste estado, nem tampouco em incursão na discricionariedade administrativa desta instituição, mas tão somente no controle da legalidade e com vistas ao aprimoramento da persecução penal, cuja missão institucional incumbe a este Órgão.

O Ministério Público Estadual requisita, ainda, que Vossa Excelência informe, no prazo de 60 (sessenta) dias, se foi ou não atendida a presente recomendação e, em caso negativo, declinando as razões.

Publique-se e, após, encaminhe-se cópia da presente RECOMENDAÇÃO, para conhecimento, às seguintes autoridades:

- Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul;
- Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral do Ministério Público;
- Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul;

Campo Grande/MS, 04 de abril de 2024.

LUCIANA MOREIRA SCHENK

Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP

DOUGLAS OLDEGARDO CAVALHEIRO DOS SANTOS

Promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP

LÍVIA CARLA GUADANHIM BARIANI

Coordenadora-Adjunta do Grupo de Atuação Especial dos Promotores de Justiça do Tribunal do Júri – NOJÚRI



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

PORTARIA N.º 0001/2024/01 ZE/AMB/PJE**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ELEITORAL N.º 09.2024.00003510-2**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

Considerando que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registro e autuação automáticas pelo sistema próprio (SAJ/MP);
2. Expeça-se ofício circular conforme Orientação Técnica 01/2024 do Núcleo Eleitoral e após encaminhe-se cópia para as autoridades dos Municípios integrantes desta Zona eleitoral, notadamente ao Prefeito Municipal, Vereadores, Procurador-Geral do Município, Secretários Municipais e Chefe do Controle Interno.
3. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Amambai, assinado e datado digitalmente.

THIAGO BARBOSA DA SILVA,
Promotor Eleitoral.

**BANDEIRANTES****EDITAL N. 0008/2024/PJ/BND**

Notícia de Fato n. 01.2024.00001055-5

A 1ª Promotoria de Justiça de Bandeirantes da Comarca de Bandeirantes, torna pública o arquivamento da Notícia de Fato em referência, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Francisco Antônio de Souza, 1460 - Centro - 79430-000 - Bandeirantes, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>. Neste ato, considerando dados não atualizados de contato da reclamante, notifica-se a reclamante Rosilene Oliveira Rocha do arquivamento, nos termos do art. 11, §1º, da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro 2007.

Notícia de Fato n. 01.2024.00001055-5

Assunto: apurar eventual violação aos direitos de crianças e adolescentes que, em tese, necessitam de professor de apoio na sala de aula.

Bandeirantes, 04/04/2024

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça

BATAYPORÃ**EDITAL Nº 0015/2024/PJ/BIP****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900085-30.2024.8.12.0027, em que consta como investigado João Vítor da Cruz Paula e vítima Cássia Aparecida Cardin Alves, conforme se transcreve: “o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento do presente inquérito policial, com as cautelas do artigo 18, do Código de Processo Penal, haja vista a insuficiência de provas para embasar o oferecimento de denúncia e instauração do devido processo legal”.

Batayporã, 01 de abril de 2024 .

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0013/2024/PJ/BIP**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900067-09.2024.8.12.0027, em que consta como investigado Eduardo Moisés da Silva Fernandes e vítima Simone Pereira da Silva, conforme se transcreve: “não restando configurado a contravenção penal de vias de fato, portanto, estando ausente a justa causa, requer o Parquet o arquivamento dos autos, com as cautelas do art. 18, do CPP”.

Batayporã, 01 de abril de 2024 .

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0014/2024/PJ/BIP****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900063-69.2024.8.12.0027, em que consta como investigado Hiago dos Santos Maia e vítima Bianca Aparecida Felipe, conforme se transcreve: “o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento do presente inquérito policial, com as cautelas do artigo 18, do Código de Processo Penal, haja vista a insuficiência de provas para embasar o oferecimento de denúncia e instauração do devido processo legal. ”.

Batayporã, 04 de abril de 2024 .

FELIPE ALMEIDA MARQUES
Promotor de Justiça.

BELA VISTA

EDITAL Nº 0020/2024/PJ/BVT**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900313-14.2023.8.12.0003 (n. MP 08.2023.00122303-6), em que constam como investigado Adilson Espinoza Ramires e vítima Igor Silva Garcia, conforme se transcreve: “Pelo exposto, ausente a justa causa para eventual promoção de ação penal, o Ministério Público promove o arquivamento dos autos, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal ”.

Bela Vista/MS, 05 de abril de 2024.

FELIPE ALMEIDA MARQUES
Promotor de Justiça em substituição legal.

CAARAPÓ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima, Helida Paulo, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0000403-70.2017.8.12.0031/08.2017.00163034-9, conforme se transcreve: "Ante o exposto, o Ministério Público Estadual requer o ARQUIVAMENTO DO PRESENTE INQUÉRITO POLICIAL, ressaltando-se o disposto nos artigos 18 e 28, ambos do Código de Processo Penal", bem como que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste extrato, para eventual interposição de recurso, já acompanhado das respectivas razões, podendo, ainda, apresentar fatos novos, diligências e testemunhas que possam corroborar a elucidação dos fatos.

Caarapó/MS, 05 de abril de 2024.

FERNANDA ROTILI DIAS
Promotora de Justiça

² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0001790-23.2017.8.12.0031/08.2017.00250926-7, em que consta como vítima Jesuani da Silva Fernandes, conforme se transcreve: “Ante o exposto, o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do CPP, REQUER O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE INQUÉRITO POLICIAL, ressaltando-se a possibilidade de retomada das investigações e posterior oferecimento de denúncia, se de outras provas tiver conhecimento à autoridade policial e que vierem, eventualmente, a elucidar com precisão os fatos e a autoria do crime.”

Caarapó/MS, 05 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A Promotora do Juizado Especial Adjunto de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima, Ligiane Gonçalves Iturbe, a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0000633-73.2021.8.12.0031/08.2021.00063460-6, conforme se transcreve: "Ante o acima exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do feito", bem como, que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste extrato, para eventual interposição de recurso, já acompanhado das respectivas razões, podendo, ainda, apresentar fatos novos, diligências e testemunhas que possam corroborar a elucidação dos fatos.

Outrossim, comunica à investigada, Margarete Vera de Souza, a decisão de arquivamento do referido Termo Circunstanciado de Ocorrência.

Caarapó/MS, 03 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A Promotora do Juizado Especial Adjunto de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à Tatiane Paulo, genitora/representante legal vítima V.A.P, a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0001010-44.2021.8.12.0031/08.2021.00102602-0, conforme se transcreve: "Ante o acima exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do feito, ressaltando-se o disposto no artigo 28, do Código de Processo Penal", bem como, que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste extrato, para eventual interposição de recurso, já acompanhado das respectivas razões, podendo, ainda, apresentar fatos novos, diligências e testemunhas que possam corroborar a elucidação dos fatos.

Outrossim, comunica ao investigado, Beto Almeida, a decisão de arquivamento do referido Termo Circunstanciado de Ocorrência.

Caarapó/MS, 03 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A Promotora do Juizado Especial Adjunto de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à Sra. Edivania Areco da Silva, representante legal da vítima W.A.M., a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0001233-94.2021.8.12.0031/08.2021.00109811-5, conforme se transcreve: "Ante o exposto, considerando a ausência de provas acerca da ocorrência dos crimes imputados ao investigado, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente termo circunstanciado de ocorrência, ressaltando-se o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal", bem como, que dispõe do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste extrato, para eventual interposição de recurso, já acompanhado das respectivas razões, podendo, ainda, apresentar fatos novos, diligências e testemunhas que possam corroborar a elucidação dos fatos.

Outrossim, comunica ao investigado, Leandro Martines Areco, a decisão de arquivamento do referido Termo Circunstanciado de Ocorrência, nos termos acima exposto.

Caarapó/MS, 03 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A Promotora do Juizado Especial Adjunto de Caarapó nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado, Lucas Guilherme Benites Fernandes, a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0000261-56.2023.8.12.0031/08.2023.00107399-8, conforme se transcreve: "Ante o exposto, diante da atipicidade do fato narrado, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente termo circunstanciado de ocorrência".

Caarapó/MS, 03 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

DEODÁPOLIS**EDITAL Nº 0009/2024/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições Nº 09.2024.00003431-4.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00003431-4, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: CREAS de Deodápolis / Município de Deodápolis.

Objeto: Inspeccionar, no ano de 2024, as unidades e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua no Município de Deodápolis/MS, nos termos da Recomendação CNMP nº 60/2017 e da Instrução Normativa nº 2/2019/CGMP/MS.

Deodápolis/MS, 04 de abril de 2024.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JUNIOR,
Promotor de Justiça em Subst. Legal.

**EDITAL Nº 0010/2024/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições Nº 09.2024.00003435-8.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00003435-8, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Interessado: CREAS de Deodápolis / Município de Deodápolis.

Objeto: Inspeccionar, no ano de 2024, os programas de atendimento que executam medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Deodápolis/MS, nos termos da Resolução CNMP nº 204/2019..

Deodápolis/MS, 04 de abril de 2024.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JUNIOR,
Promotor de Justiça em Subst. Legal.

FÁTIMA DO SUL

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003487-0, que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 2020-9344 – 2020-9345.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003487-0

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul/MS

Interessados: 1ª Delegacia de Polícia de Fátima do Sul/MS

Delegacia de Atendimento à Mulher de Fátima do Sul/MS

14º Batalhão de Polícia Militar de Fátima do Sul/MS

Unidade Regional de Perícia e Identificação (URPI) de Fátima do Sul/MS

Núcleo Regional de Medicina Legal (NRML) de Fátima do Sul/MS

Delegacia de Polícia de Jateí/MS

Delegacia de Polícia de Vicentina/MS

Objeto: Formalizar a realização de visitas/inspeção do Controle Externo da Atividade Policial nas Delegacias de Polícia Civil e nos Órgãos de Perícia Técnica desta Comarca de Fátima do Sul, nos termos do art. 4º, inciso I, da Resolução CNMP n. 20/2007.

Fátima do Sul/MS, 03 de abril de 2024.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça



AUTOS N. MP: 09.2023.00004864-8

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Objeto: Acompanhar as ações da gestão municipal de Fátima do Sul/MS para cumprimento das políticas públicas de prevenção e de enfrentamento ao combate dos vetores de transmissão da "Dengue", da "Zika" e da "Chikungunya", notadamente o mosquito *Aedes aegypti*, em razão da informação de alerta para risco de epidemia de Dengue encaminhada pelo GAEDS/MPMS.

RECOMENDAÇÃO n. 0001/2024/02PJ/FSU

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2023.00004864-8, instaurado no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, com fundamento no art. 27, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/93 e art. 44, da Resolução n. 15/2007/PJG.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece como diretrizes referentes aos membros do Ministério Público a adoção de postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto a utilização racional do mecanismo da judicialização nos casos em que a via não seja obrigatória e indispensável, devendo o membro analisar se realmente a judicialização é o caminho mais adequado e eficiente para o caso;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, ainda, como diretrizes referentes aos membros do Ministério Público, a utilização de mecanismos de resolução consensual, como a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas, as convenções processuais, os acordos de resultado, assim como outros métodos e mecanismos eficazes na resolução dos conflitos, controvérsias e problemas;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, ainda, como diretrizes referentes aos membros do Ministério Público, o esgotamento das alternativas de resolução extrajudicial dos conflitos, controvérsias e problemas, com o incremento da utilização dos instrumentos como a Recomendação, Termo de Ajustamento de Conduta, Projetos Sociais e adoção do arquivamento resolutivo sempre que essa medida for a mais adequada;

CONSIDERANDO que o art. 129, *caput*, e inciso III, da CF/88 dispõe que:

[...] Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

[...] III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que há alerta para risco de epidemia de Dengue no Município de Fátima do Sul/MS com aumento significativo de casos, conforme noticiado pela imprensa local;

CONSIDERANDO que a alta incidência é caracterizada pelos índices proporcionais que informam mais de 300 casos por 100 mil habitantes;

CONSIDERANDO que a CF/88 garante o direito de propriedade, dispondo:

[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] XXII - é garantido o direito de propriedade;

CONSIDERANDO que a CF/88 determina que a propriedade atenderá sua função social, dispondo que:

[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;



CONSIDERANDO que o art. 225, *caput*, da CF/88, dispõe que:

[...] Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que o art. 196, *caput*, da CF/88, dispõe que:

[...] Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

CONSIDERANDO que a Administração tem como instrumento o Poder Hierárquico, que é definido pela doutrina como:

"[...] Do sistema hierárquico na Administração decorrem alguns efeitos específicos. O primeiro consiste no poder de comando de agentes superiores sobre outros hierarquicamente inferiores. Estes, a seu turno, têm dever de obediência para com aqueles, cabendo-lhes executar as tarefas em conformidade com as determinações superior.

Outro efeito da hierarquia é o de fiscalização das atividades desempenhadas por agentes de plano hierárquico inferior para a verificação de sua conduta não somente em relação às normas legais e regulamentares, como ainda no que disser respeito às diretrizes fixadas por agentes superiores. [...]". (FILHO, José dos Santos Carvalho; Manual de Direito Administrativo – 18ª edição – Editora Lumen Juris – pág. 67 – sem destaque no original).

CONSIDERANDO que a Administração, também, tem como instrumento o Poder de Polícia, que é definido pela doutrina como:

"[...] Clássico é o conceito firmado por MARCELO CAETANO: "É o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que a lei procura prevenir.

De nossa parte, entendemos se possa conceituar o poder de polícia como a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade. [...]". (FILHO, José dos Santos Carvalho; Manual de Direito Administrativo – 18ª edição – Editora Lumen Juris – pág. 75 – sem destaque no original).

CONSIDERANDO que o art. 37, *caput*, da CF/88 dispõe que:

[...] Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte [...];

CONSIDERANDO que os Códigos de Postura e Sanitário do Município de Fátima do Sul/MS disponibilizam instrumentos/medidas que visam atender a função social da propriedade privada, e, por consequência, possibilitam que Administração exija dos proprietários de terrenos não edificadas que cessem a má conservação desses, adotando medidas para conter o mato alto, o lixo acumulado, e o resto de entulho de construção civil;

CONSIDERANDO que os terrenos não edificadas que possuam mato alto, lixo acumulado, e resto de entulho de construção civil, contribuem, sobremaneira, à propagação de vetores de transmissão da "Dengue", da "Zika" e da "Chikungunya", especificamente a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*;

CONSIDERANDO que o art. 54 da Lei n. 9.605/98, dispõe que:

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.



§ 2º Se o crime:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

RESOLVE RECOMENDAR À EXCELENTÍSSIMA SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, ILDA SALGADO MACHADO, e À ILMA. SENHORA SECRETÁRIA DE SAÚDE MUNICIPAL LUDELÇA DORNELES DOS SANTOS, que:

1- no prazo de 30 dias (a iniciar a contagem após o primeiro dia útil do recebimento da presente recomendação), apresentem relatório pormenorizado informando todas as medidas que foram adotadas até o momento para prevenção e o enfrentamento ao combate da "Dengue", da "Zika" e da "Chikungunya", inclusive, no âmbito do Comitê Municipal de Mobilização Social de Prevenção e Controle da Dengue, bem como a atual situação dos terrenos não edificadas (baldios) e construções abandonadas localizados no Município de Fátima do Sul/MS, considerando que eles contribuem, sobremaneira, à propagação de vetores de transmissão das doenças referidas, especificamente a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*;

2- façam uso do Poder-Dever de Polícia e dos instrumentos constantes nos Códigos de Postura e Sanitário do Município de Fátima do Sul/MS, e demais diplomas administrativos municipais, dentro de sua discricionariedade regrada, a fim de promoverem à execução de atos e diligências administrativas que visem a coibir a propagação dos vetores de transmissão da "Dengue", da "Zika" e da "Chikungunya", especificamente com relação a terrenos não edificadas (baldios) e construções abandonadas localizados na área urbana da sede e dos distritos do Município de Fátima do Sul/MS, devendo ser informado o Ministério Público acerca dos procedimentos administrativos instaurados para formalizar as diligências.

3- no prazo de 10 dias, constitua comissão ou nomeie servidor público a fim de dar prioridade na averiguação de "denúncias" encaminhadas relacionadas à má conservação de terrenos não edificadas (baldios) e construções abandonadas no Município de Fátima do Sul/MS; e

4- imediatamente, promova a divulgação adequada no Órgão de Imprensa Oficial do Município de Fátima do Sul/MS, da presente recomendação, com fundamento no art. 45 da Resolução n. 15/2007/PJ.

As Autoridades Administrativas destinatárias deverão se pronunciar acerca do acatamento da presente Recomendação, no prazo de 5 dias (a iniciar a contagem após o primeiro dia útil do recebimento da presente recomendação), destacando-se que a ausência de manifestação importará em presunção de recusa ao seu cumprimento e, assim com o não acatamento, poderá ensejar a adoção das medidas judiciais cabíveis.

Expeçam-se notificações ao Município de Fátima do Sul/MS e à Secretária Municipal de Saúde de Fátima do Sul/MS para: (i) conhecimento e providências da presente Recomendação Ministerial; (ii) dar ampla divulgação do teor da presente Recomendação Ministerial, assim como à população em geral de Fátima do Sul/MS, devendo para tanto: (iii) imprimir e afixar cópias nos órgãos públicos e locais de grande circulação de pessoas, dando-lhe o devido destaque, inclusive no Diário Oficial do Município; (iv) publicar cópia eletrônica na página do órgão e/ou da Prefeitura Municipal local na rede mundial de computadores; (v) os destinatários ficam advertidos de que o descumprimento da presente Recomendação constitui em mora quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e eventuais ações judiciais; (vi) fixa-se o prazo de 05 (cinco) dias para que sejam informadas as providências tomadas no sentido do acatamento da presente Recomendação.

Expeçam-se ofícios e encaminhem-se cópias desta Recomendação aos Juízes de Direito da Comarca de Fátima do Sul/MS, à Secretaria Municipal de Assistência Social, ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde, à Secretaria Municipal de Educação (*todas de Fátima do Sul/MS*), ao 14º Polícia Militar de Fátima do Sul/MS, à Delegacia Regional



de Fátima do Sul/MS, à 1ª Delegacia de Polícia de Fátima do Sul/MS, à Delegacia de Atendimento à Mulher de Fátima do Sul/MS, ao Presidente da Câmara de Vereadores de Fátima do Sul/MS, à Diretora do Hospital da SIAS de Fátima do Sul/MS, ao Defensor Público Estadual atuante na Comarca, ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do MPMS para melhor conhecimento e divulgação.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Cumpra-se. Às providências necessárias.

Fátima do Sul/MS, 1º de abril de 2024.

RODRIGO CINTRA FRANCO
Promotor de Justiça

AUTOS N. MP: 09.2024.00002200-7

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES

Objeto: Acompanhamento das comunicações de internação psiquiátrica involuntária e alta respectiva realizadas pela Clínica de Recuperação para Dependentes Químicos e Alcoolistas Daytop Brasil LTDA (DAY TOP de Fátima do Sul/MS).

RECOMENDAÇÃO n. 0002/2024/02PJ/FSU

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n. 09.2024.00002200-7, instaurado no âmbito desta 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, com fundamento no art. 27, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/93 e art. 44, da Resolução n. 15/2007/PGJ.

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é função institucional do MINISTÉRIO PÚBLICO zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007 dispõe em seu art. 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-lo foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado pela Lei n. 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO a atribuição desta 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul para a fiscalização dos serviços de saúde, conforme o artigo 10, inc. I, alínea “a”, “2”, da Resolução-PGJ 018/2010, de 09/09/2010; podendo, no exercício



dessa função fiscalizatória, requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e particular;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO, enquanto instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, em razão de *mínus* público, está incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, revelando-se órgão autônomo de efetivação dos direitos do cidadão;

CONSIDERANDO que o art. 23-A da Lei 13.840/2019 estipula que a internação para tratamento de dependentes de drogas é medida excepcional, nos seguintes termos: *"o tratamento do usuário ou dependente de drogas deverá ser ordenado em uma rede de atenção à saúde, com prioridade para as modalidades de tratamento ambulatorial, incluindo excepcionalmente formas de internação em unidades de saúde e hospitais gerais nos termos de normas dispostas pela União e articuladas com os serviços de assistência social (...)"*.

CONSIDERANDO que o art. 23-A, §2º, da Lei 13.840/2019 informa que *"a internação de dependentes de drogas somente será realizada em unidades de saúde ou hospitais gerais, dotados de equipes multidisciplinares e deverá ser obrigatoriamente autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação"*;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 23-A, §7º, o MINISTÉRIO PÚBLICO deve ser informado, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), acerca de todas as internações e altas de que tratam a lei, por meio de formulários eletrônicos;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO não atuará como revisor do ato médico, mas como órgão capaz de atuar na defesa e garantia dos direitos desses pacientes com transtornos mentais e comportamentais decorrentes do uso de substâncias psicoativas, resguardando o tratamento com humanidade, respeito e atendendo aos fins da lei;

CONSIDERANDO que unidades ou comunidades terapêuticas acolhedoras são vedadas de realizar quaisquer modalidades de internação, nos termos do artigo 23-A, §9º, da Lei 13.840/2019.

RESOLVE RECOMENDAR À CLÍNICA DE RECUPERAÇÃO PARA DEPENDENTES QUÍMICOS E ALCOOLISTAS DAYTOP BRASIL LTDA (DAY TOP DE FÁTIMA DO SUL/MS), CNPJ N. 35.601.402/0001-26, SEUS RESPECTIVOS SÓCIOS E DIRETORES que, no prazo de 20 dias:

1- passe a comunicar o MINISTÉRIO PÚBLICO, no prazo de 72 horas, os casos de internação involuntária, prorrogação e alta médica, com envio do respectivo laudo médico subscrito por médico psiquiátrico;

2- em caso de evasão de interno, registre imediatamente o boletim de ocorrência, encaminhando cópia a esta Promotoria de Justiça com relatório circunstanciado do ocorrido no prazo de 24 horas;

3- encaminhe cópia do contrato social da referida empresa, bem como cópia dos documentos pessoais, formação e certidão de regularidade de inscrição do responsável técnico pela Clínica;

4- encaminhe cópia da licença sanitária, da certidão de vistoria do Corpo de Bombeiros, bem como informar qual é a capacidade máxima de internados da Clínica, juntando documentos comprobatórios para tanto;

5- informe a relação dos pacientes atualmente internados involuntariamente na respectiva clínica, com data de entrada e previsão de alta, encaminhando-se os respectivos Laudos Psiquiátricos Circunstanciados que embasaram a medida;

6- a empresa deverá organizar-se e encaminhar tudo por meio eletrônico (2pjfatimadosul@mpms.mp.br), tendo em vista a instauração de um procedimento distinto para cada CLÍNICA, conforme seu respectivo CNPJ e atividade desenvolvida.

Expeça-se notificação ao responsável legal da CLÍNICA DE RECUPERAÇÃO PARA DEPENDENTES QUÍMICOS E ALCOOLISTAS DAYTOP BRASIL LTDA (DAY TOP DE FÁTIMA DO SUL/MS), CNPJ N. 35.601.402/0001-26 para: (i) conhecimento e providências da presente Recomendação Ministerial; (ii) manifestar-se



sobre o atendimento integral das recomendações acima.; (iv) os destinatários ficam advertidos de que o descumprimento da presente Recomendação constitui em mora quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e eventuais ações judiciais cabíveis contra o(s) inerte(s); (v) fixa-se o prazo de 05 (cinco) dias para que seja informado o acatamento ou não da presente Recomendação.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Expeçam-se ofícios com encaminhamento de cópia desta Recomendação Ministerial ao GAEDS/MPMS e ao CAO da Cidadania/Saúde do MPMS para conhecimento.

Cumpra-se. Às providências necessárias.

Fátima do Sul/MS, 25 de março de 2024.

RODRIGO CINTRA FRANCO
Promotor de Justiça

AUTOS N. MP: 09.2024.00002872-3

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES

Objeto: Acompanhamento das comunicações de internação psiquiátrica involuntária e alta respectiva realizadas pela Clínica de Recuperação para Dependentes Químicos e Alcoolistas Daytop Para Mulheres (DAY TOP Mulheres de Fátima do Sul/MS).

RECOMENDAÇÃO n. 0003/2024/02PJ/FSU

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n. 09.2024.00002872-3, instaurado no âmbito desta 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, com fundamento no art. 27, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/93 e art. 44, da Resolução n. 15/2007/PJG.

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é função institucional do MINISTÉRIO PÚBLICO zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007 dispõe em seu art. 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-lo foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado pela Lei n. 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;



CONSIDERANDO a atribuição desta 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul para a fiscalização dos serviços de saúde, conforme o artigo 10, inc. I, alínea “a”, “2”, da Resolução-PGJ 018/2010, de 09/09/2010; podendo, no exercício dessa função fiscalizatória, requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e particular;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO, enquanto instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, em razão de *múnus* público, está incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, revelando-se órgão autônomo de efetivação dos direitos do cidadão;

CONSIDERANDO que o art. 23-A da Lei 13.840/2019 estipula que a internação para tratamento de dependentes de drogas é medida excepcional, nos seguintes termos: *"o tratamento do usuário ou dependente de drogas deverá ser ordenado em uma rede de atenção à saúde, com prioridade para as modalidades de tratamento ambulatorial, incluindo excepcionalmente formas de internação em unidades de saúde e hospitais gerais nos termos de normas dispostas pela União e articuladas com os serviços de assistência social (...)"*.

CONSIDERANDO que o art. 23-A, §2º, da Lei 13.840/2019 informa que *"a internação de dependentes de drogas somente será realizada em unidades de saúde ou hospitais gerais, dotados de equipes multidisciplinares e deverá ser obrigatoriamente autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação"*;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 23-A, §7º, o MINISTÉRIO PÚBLICO deve ser informado, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), acerca de todas as internações e altas de que tratam a lei, por meio de formulários eletrônicos;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO não atuará como revisor do ato médico, mas como órgão capaz de atuar na defesa e garantia dos direitos desses pacientes com transtornos mentais e comportamentais decorrentes do uso de substâncias psicoativas, resguardando o tratamento com humanidade, respeito e atendendo aos fins da lei;

CONSIDERANDO que unidades ou comunidades terapêuticas acolhedoras são vedadas de realizar quaisquer modalidades de internação, nos termos do artigo 23-A, §9º, da Lei 13.840/2019.

RESOLVE RECOMENDAR À CLÍNICA DE RECUPERAÇÃO PARA DEPENDENTES QUÍMICOS E ALCOOLISTAS DAYTOP PARA MULHERES LTDA (DAY TOP DE FÁTIMA DO SUL/MS), CNPJ N. 48.765.071/0001-01, SEUS RESPECTIVOS SÓCIOS E DIRETORES que, no prazo de 20 dias:

1- passar a comunicar o MINISTÉRIO PÚBLICO, no prazo de 72 horas, os casos de internação involuntária, prorrogação e alta médica, com envio do respectivo laudo médico subscrito por médico psiquiátrico;

2- em caso de evasão de interna, registre imediatamente o boletim de ocorrência, encaminhando cópia a esta Promotoria de Justiça com relatório circunstanciado do ocorrido no prazo de 24 horas;

3- encaminhe cópia do contrato social da referida empresa, bem como cópia dos documentos pessoais, formação e certidão de regularidade de inscrição do responsável técnico pela Clínica;

4- encaminhe cópia da licença sanitária, da certidão de vistoria do Corpo de Bombeiros, bem como informar qual é a capacidade máxima de internados da Clínica, juntando documentos comprobatórios para tanto;

5- informe a relação dos pacientes atualmente internadas involuntariamente na respectiva clínica, com data de entrada e previsão de alta, encaminhando-se os respectivos Laudos Psiquiátricos Circunstanciados que embasaram a medida;

6- a empresa deverá organizar-se e encaminhar tudo por meio eletrônico (2pjfatimadosul@mpms.mp.br), tendo em vista a instauração de um procedimento distinto para cada CLÍNICA, conforme seu respectivo CNPJ e atividade desenvolvida.

Expeça-se notificação ao responsável legal da CLÍNICA DE RECUPERAÇÃO PARA DEPENDENTES



QUÍMICOS E ALCOOLISTAS DAYTOP MULHERES LTDA (*DAY TOP DE FÁTIMA DO SUL/MS*), CNPJ N. 48.765.071/0001-01 para: (i) conhecimento e providências da presente Recomendação Ministerial; (ii) manifestar-se sobre o atendimento integral das recomendações acima; (iii) os destinatários ficam advertidos de que o descumprimento da presente Recomendação constitui em mora quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e eventuais ações judiciais cabíveis contra o(s) inerte(s); (iv) fixa-se o prazo de 05 (cinco) dias para que seja informado o acatamento ou não da presente Recomendação. Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Expeçam-se ofícios com encaminhamento de cópia desta Recomendação Ministerial ao GAEDS/MPMS e ao CAO da Cidadania/Saúde do MPMS para conhecimento.

Cumpra-se. Às providências necessárias.

Fátima do Sul/MS, 1º de abril de 2024.

RODRIGO CINTRA FRANCO
Promotor de Justiça

AUTOS N. MP: 09.2024.00002873-4

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES

Objeto: Acompanhamento das comunicações de internação psiquiátrica involuntária e alta respectiva realizadas pela Clínica de Recuperação para Dependentes Químicos e Alcoolistas Oxford LTDA.

RECOMENDAÇÃO n. 0004/2024/02PJ/FSU

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n. 09.2024.00002873-4, instaurado no âmbito desta 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, com fundamento no art. 27, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/93 e art. 44, da Resolução n. 15/2007/PGJ.

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é função institucional do MINISTÉRIO PÚBLICO zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007 dispõe em seu art. 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-lo foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado pela Lei n. 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;



CONSIDERANDO a atribuição desta 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul para a fiscalização dos serviços de saúde, conforme o artigo 10, inc. I, alínea “a”, “2”, da Resolução-PGJ 018/2010, de 09/09/2010; podendo, no exercício dessa função fiscalizatória, requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e particular;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO, enquanto instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, em razão de *múnus* público, está incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, revelando-se órgão autônomo de efetivação dos direitos do cidadão;

CONSIDERANDO que o art. 23-A da Lei 13.840/2019 estipula que a internação para tratamento de dependentes de drogas é medida excepcional, nos seguintes termos: *"o tratamento do usuário ou dependente de drogas deverá ser ordenado em uma rede de atenção à saúde, com prioridade para as modalidades de tratamento ambulatorial, incluindo excepcionalmente formas de internação em unidades de saúde e hospitais gerais nos termos de normas dispostas pela União e articuladas com os serviços de assistência social (...)"*.

CONSIDERANDO que o art. 23-A, §2º, da Lei 13.840/2019 informa que *"a internação de dependentes de drogas somente será realizada em unidades de saúde ou hospitais gerais, dotados de equipes multidisciplinares e deverá ser obrigatoriamente autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação"*;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 23-A, §7º, o MINISTÉRIO PÚBLICO deve ser informado, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), acerca de todas as internações e altas de que tratam a lei, por meio de formulários eletrônicos;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO não atuará como revisor do ato médico, mas como órgão capaz de atuar na defesa e garantia dos direitos desses pacientes com transtornos mentais e comportamentais decorrentes do uso de substâncias psicoativas, resguardando o tratamento com humanidade, respeito e atendendo aos fins da lei;

CONSIDERANDO que unidades ou comunidades terapêuticas acolhedoras são vedadas de realizar quaisquer modalidades de internação, nos termos do artigo 23-A, §9º, da Lei 13.840/2019.

RESOLVE RECOMENDAR À CLÍNICA DE RECUPERAÇÃO PARA DEPENDENTES QUÍMICOS E ALCOOLISTAS OXFORD LTDA, CNPJ N. 26.209.418/0001-05, SEUS RESPECTIVOS SÓCIOS E DIRETORES que, no prazo de 20 dias:

1- passar a comunicar o MINISTÉRIO PÚBLICO, no prazo de 72 horas, os casos de internação involuntária, prorrogação e alta médica, com envio do respectivo laudo médico subscrito por médico psiquiátrico;

2- em caso de evasão de interno, registre imediatamente o boletim de ocorrência, encaminhando cópia a esta Promotoria de Justiça com relatório circunstanciado do ocorrido no prazo de 24 horas;

3- encaminhe cópia do contrato social da referida empresa, bem como cópia dos documentos pessoais, formação e certidão de regularidade de inscrição do responsável técnico pela Clínica;

4- encaminhe cópia da licença sanitária, da certidão de vistoria do Corpo de Bombeiros, bem como informar qual é a capacidade máxima de internados da Clínica, juntando documentos comprobatórios para tanto;

5- informe a relação dos pacientes atualmente internados involuntariamente na respectiva clínica, com data de entrada e previsão de alta, encaminhando-se os respectivos Laudos Psiquiátricos Circunstanciados que embasaram a medida;

6- a empresa deverá organizar-se e encaminhar tudo por meio eletrônico (*2pjfatimadosul@mpms.mp.br*), tendo em vista a instauração de um procedimento distinto para cada CLÍNICA, conforme seu respectivo CNPJ e atividade desenvolvida.

Expeça-se notificação ao responsável legal da CLÍNICA DE RECUPERAÇÃO PARA DEPENDENTES



QUÍMICOS E ALCOOLISTAS OXFORD, CNPJ N. 26.209.418/0001-05 para: (i) conhecimento e providências da presente Recomendação Ministerial; (ii) manifestar-se sobre o atendimento integral das recomendações acima; (iii) os destinatários ficam advertidos de que o descumprimento da presente Recomendação constitui em mora quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e eventuais ações judiciais cabíveis contra o(s) inerte(s); (iv) fixa-se o prazo de 05 (cinco) dias para que seja informado o acatamento ou não da presente Recomendação.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Expeçam-se ofícios com encaminhamento de cópia desta Recomendação Ministerial ao GAEDS/MPMS e ao CAO da Cidadania/Saúde do MPMS para conhecimento.

Cumpra-se. Às providências necessárias.

Fátima do Sul/MS, 01º de abril de 2024.

RODRIGO CINTRA FRANCO

Promotor de Justiça

AUTOS N. MP: 09.2023.00004865-9

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Objeto: Acompanhar as ações da gestão municipal de Vicentina/MS para cumprimento das políticas públicas de prevenção e de enfrentamento ao combate dos vetores de transmissão da "Dengue", da "Zika" e da "Chikungunya", notadamente o mosquito *Aedes aegypti*, em razão da informação de alerta para risco de epidemia de Dengue encaminhada pelo GAEDS/MPMS.

RECOMENDAÇÃO n. 0005/2024/02PJ/FSU

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2023.00004865-9, instaurado no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, com fundamento no art. 27, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/93 e art. 44, da Resolução n. 15/2007/PJG.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece como diretrizes referentes aos membros do Ministério Público a adoção de postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto a utilização racional do mecanismo da judicialização nos casos em que a via não seja obrigatória e indispensável, devendo o membro analisar se realmente a judicialização é o caminho mais adequado e eficiente para o caso;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, ainda, como diretrizes referentes aos membros do Ministério Público, a utilização de mecanismos de resolução consensual, como a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas, as convenções processuais, os acordos de resultado, assim como outros métodos e mecanismos eficazes na resolução dos conflitos, controvérsias e problemas;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, ainda, como diretrizes referentes aos membros do Ministério Público, o esgotamento das alternativas de resolução extrajudicial dos conflitos, controvérsias e problemas, com o incremento da utilização dos instrumentos como a Recomendação, Termo de Ajustamento de Conduta, Projetos Sociais e adoção do arquivamento resolutivo sempre que essa medida for a mais adequada;

CONSIDERANDO que o art. 129, *caput*, e inciso III, da CF/88 dispõe que:



[...] Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

[...] III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que há alerta para risco de epidemia de Dengue no Município de Vicentina/MS com aumento significativo de casos, estando na faixa de "alta incidência – vermelha", conforme noticiado pela imprensa local;

CONSIDERANDO que a alta incidência é caracterizada pelos índices proporcionais que informam mais de 300 casos por 100 mil habitantes;

CONSIDERANDO que a CF/88 garante o direito de propriedade, dispondo:

[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] XXII - é garantido o direito de propriedade;

CONSIDERANDO que a CF/88 determina que a propriedade atenderá sua função social, dispondo que:

[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

CONSIDERANDO que o art. 225, *caput*, da CF/88, dispõe que:

[...] Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que o art. 196, *caput*, da CF/88, dispõe que:

[...] Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

CONSIDERANDO que a Administração tem como instrumento o Poder Hierárquico, que é definido pela doutrina como:

"[...] Do sistema hierárquico na Administração decorrem alguns efeitos específicos. O primeiro consiste no poder de comando de agentes superiores sobre outros hierarquicamente inferiores. Estes, a seu turno, têm dever de obediência para com aqueles, cabendo-lhes executar as tarefas em conformidade com as determinações superior.

Outro efeito da hierarquia é o de fiscalização das atividades desempenhadas por agentes de plano hierárquico inferior para a verificação de sua conduta não somente em relação às normas legais e regulamentares, como ainda no que disser respeito às diretrizes fixadas por agentes superiores. [...]". (FILHO, José dos Santos Carvalho; Manual de Direito Administrativo – 18ª edição – Editora Lumen Juris – pág. 67 – sem destaque no original).

CONSIDERANDO que a Administração, também, tem como instrumento o Poder de Polícia, que é definido pela doutrina como:

"[...] Clássico é o conceito firmado por MARCELO CAETANO: "É o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que a lei procura prevenir.

De nossa parte, entendemos se possa conceituar o poder de polícia como a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade. [...]". (FILHO, José dos Santos Carvalho; Manual de Direito Administrativo – 18ª edição – Editora



Lumen Juris – pág. 75 – sem destaque no original).

CONSIDERANDO que o art. 37, *caput*, da CF/88 dispõe que:

[...] Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte [...];

CONSIDERANDO que os Códigos de Postura e Sanitário do Município de Vicentina/MS disponibilizam instrumentos/medidas que visam atender a função social da propriedade privada, e, por consequência, possibilitam que Administração exija dos proprietários de terrenos não edificados que cessem a má conservação desses, adotando medidas para conter o mato alto, o lixo acumulado, e o resto de entulho de construção civil;

CONSIDERANDO que os terrenos não edificados que possuam mato alto, lixo acumulado, e resto de entulho de construção civil, contribuem, sobremaneira, à propagação de vetores de transmissão da "Dengue", da "Zika" e da "Chikungunya", especificamente a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*;

CONSIDERANDO que o art. 54 da Lei n. 9.605/98, dispõe que:

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

RESOLVE RECOMENDAR ÀO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE VICENTINA MARCOS BENEDETTI HERMENEGILDO, e À ILMA. SENHORA SECRETÁRIA DE SAÚDE MUNICIPAL JOSIANE DE OLIVEIRA SILVA, que:

1- no prazo de 30 dias (a iniciar a contagem após o primeiro dia útil do recebimento da presente recomendação), apresentem relatório pormenorizado informando todas as medidas que foram adotadas até o momento para prevenção e o enfrentamento ao combate da "Dengue", da "Zika" e da "Chikungunya", inclusive, no âmbito do Comitê Municipal de Mobilização Social de Prevenção e Controle da Dengue, bem como a atual situação dos terrenos não edificados (baldios) e construções abandonadas localizados no Município de Vicentina/MS, considerando que eles contribuem, sobremaneira, à propagação de vetores de transmissão das doenças referidas, especificamente a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*;

2- façam uso do Poder-Dever de Polícia e dos instrumentos constantes nos Códigos de Postura e Sanitário do Município de Vicentina/MS, e demais diplomas administrativos municipais, dentro de sua discricionariedade regrada, a fim de promoverem à execução de atos e diligências administrativas que visem a coibir a propagação dos vetores de transmissão da "Dengue", da "Zika" e da "Chikungunya", especificamente com relação a terrenos não edificados (baldios) e construções abandonadas localizados na área urbana da sede e dos distritos do Município de Vicentina/MS, devendo ser informado o Ministério Público acerca dos procedimentos administrativos instaurados para formalizar as diligências.

3- no prazo de 10 dias, constitua comissão ou nomeie servidor público a fim de dar prioridade na averiguação de "denúncias" encaminhadas relacionadas à má conservação de terrenos não edificados (baldios) e construções



abandonadas no Município de Vicentina/MS; e

4- imediatamente, promova a divulgação adequada no Órgão de Imprensa Oficial do Município de Vicentina/MS, da presente recomendação, com fundamento no art. 45 da Resolução n. 15/2007/PGJ.

As Autoridades Administrativas destinatárias deverão se pronunciar acerca do acatamento da presente Recomendação, no prazo de 5 dias (a iniciar a contagem após o primeiro dia útil do recebimento da presente recomendação), destacando-se que a ausência de manifestação importará em presunção de recusa ao seu cumprimento e, assim com o não acatamento, poderá ensejar a adoção das medidas judiciais cabíveis.

Expeçam-se notificações ao Município de Vicentina/MS e à Secretária Municipal de Saúde de Vicentina/MS para: (i) conhecimento e providências da presente Recomendação Ministerial; (ii) dar ampla divulgação do teor da presente Recomendação Ministerial, assim como à população em geral de Vicentina/MS, devendo para tanto: (iii) imprimir e afixar cópias nos órgãos públicos e locais de grande circulação de pessoas, dando-lhe o devido destaque, inclusive no Diário Oficial do Município; (iv) publicar cópia eletrônica na página do órgão e/ou da Prefeitura Municipal local na rede mundial de computadores; (v) os destinatários ficam advertidos de que o descumprimento da presente Recomendação constitui em mora quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e eventuais ações judiciais; (vi) fixa-se o prazo de 05 (cinco) dias para que sejam informadas as providências tomadas no sentido do acatamento da presente Recomendação.

Expeçam-se ofícios e encaminhem-se cópias desta Recomendação aos Juízes de Direito desta Comarca, à Secretaria Municipal de Assistência Social, ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde, à Secretaria Municipal de Educação (*todas de Vicentina/MS*), à Delegacia de Polícia de Vicentina/MS, ao Presidente da Câmara de Vereadores de Vicentina/MS, ao(a) Diretor(a) do Hospital Municipal Maria dos Santos Bastos de Vicentina/MS, ao Defensor Público Estadual atuante na Comarca, ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do MPMS para melhor conhecimento e divulgação.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Cumpra-se. Às providências necessárias.

Fátima do Sul/MS, 02 de abril de 2024.

RODRIGO CINTRA FRANCO

Promotor de Justiça

AUTOS N. MP: 09.2023.00005018-7

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Objeto: Acompanhar as ações da gestão municipal de Jateí/MS para cumprimento das políticas públicas de prevenção e de enfrentamento ao combate dos vetores de transmissão da "Dengue", da "Zika" e da "Chikungunya", notadamente o mosquito *Aedes aegypti*, em razão da informação de alerta para risco de epidemia de Dengue encaminhada pelo GAEDS/MPMS.

RECOMENDAÇÃO n. 0006/2024/02PJ/FSU

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2023.00005018-7, instaurado no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, com fundamento no art. 27, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/93 e art. 44, da Resolução n. 15/2007/PGJ.



CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece como diretrizes referentes aos membros do Ministério Público a adoção de postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto a utilização racional do mecanismo da judicialização nos casos em que a via não seja obrigatória e indispensável, devendo o membro analisar se realmente a judicialização é o caminho mais adequado e eficiente para o caso;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, ainda, como diretrizes referentes aos membros do Ministério Público, a utilização de mecanismos de resolução consensual, como a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas, as convenções processuais, os acordos de resultado, assim como outros métodos e mecanismos eficazes na resolução dos conflitos, controvérsias e problemas;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece, ainda, como diretrizes referentes aos membros do Ministério Público, o esgotamento das alternativas de resolução extrajudicial dos conflitos, controvérsias e problemas, com o incremento da utilização dos instrumentos como a Recomendação, Termo de Ajustamento de Conduta, Projetos Sociais e adoção do arquivamento resolutivo sempre que essa medida for a mais adequada;

CONSIDERANDO que o art. 129, *caput*, e inciso III, da CF/88 dispõe que:

[...] Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

[...] III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que há alerta para risco de epidemia de Dengue no Município de Jateí/MS com aumento significativo de casos, conforme noticiado pela imprensa local;

CONSIDERANDO que a alta incidência é caracterizada pelos índices proporcionais que informam mais de 300 casos por 100 mil habitantes;

CONSIDERANDO que a CF/88 garante o direito de propriedade, dispondo:

[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] XXII - é garantido o direito de propriedade;

CONSIDERANDO que a CF/88 determina que a propriedade atenderá sua função social, dispondo que:

[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

CONSIDERANDO que o art. 225, *caput*, da CF/88, dispõe que:

[...] Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que o art. 196, *caput*, da CF/88, dispõe que:

[...] Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

CONSIDERANDO que a Administração tem como instrumento o Poder Hierárquico, que é definido pela



doutrina como:

"[...] Do sistema hierárquico na Administração decorrem alguns efeitos específicos. O primeiro consiste no poder de comando de agentes superiores sobre outros hierarquicamente inferiores. Estes, a seu turno, têm dever de obediência para com aqueles, cabendo-lhes executar as tarefas em conformidade com as determinações superior.

Outro efeito da hierarquia é o de fiscalização das atividades desempenhadas por agentes de plano hierárquico inferior para a verificação de sua conduta não somente em relação às normas legais e regulamentares, como ainda no que disser respeito às diretrizes fixadas por agentes superiores. [...]". (FILHO, José dos Santos Carvalho; Manual de Direito Administrativo – 18ª edição – Editora Lumen Juris – pág. 67 – sem destaque no original).

CONSIDERANDO que a Administração, também, tem como instrumento o Poder de Polícia, que é definido pela doutrina como:

"[...] Clássico é o conceito firmado por MARCELO CAETANO: "É o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que a lei procura prevenir.

De nossa parte, entendemos se possa conceituar o poder de polícia como a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade. [...]". (FILHO, José dos Santos Carvalho; Manual de Direito Administrativo – 18ª edição – Editora Lumen Juris – pág. 75 – sem destaque no original).

CONSIDERANDO que o art. 37, *caput*, da CF/88 dispõe que:

[...] Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte [...];

CONSIDERANDO que os Códigos de Postura e Sanitário do Município de Jateí/MS disponibilizam instrumentos/medidas que visam atender a função social da propriedade privada, e, por consequência, possibilitam que Administração exija dos proprietários de terrenos não edificadas que cessem a má conservação desses, adotando medidas para conter o mato alto, o lixo acumulado, e o resto de entulho de construção civil;

CONSIDERANDO que os terrenos não edificadas que possuam mato alto, lixo acumulado, e resto de entulho de construção civil, contribuem, sobremaneira, à propagação de vetores de transmissão da "Dengue", da "Zika" e da "Chikungunya", especificamente a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*;

CONSIDERANDO que o art. 54 da Lei n. 9.605/98, dispõe que:

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

RESOLVE RECOMENDAR AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO



SUL ERALDO JORGE LEITE, e AO ILMO. SENHOR SECRETÁRIO DE SAÚDE MUNICIPAL CÉLIO APARECIDO BALASSO, que:

1- no prazo de 30 dias (a iniciar a contagem após o primeiro dia útil do recebimento da presente recomendação), apresentem relatório pormenorizado informando todas as medidas que foram adotadas até o momento para prevenção e o enfrentamento ao combate da "Dengue", da "Zika" e da "Chikungunya", inclusive, no âmbito do Comitê Municipal de Mobilização Social de Prevenção e Controle da Dengue, bem como a atual situação dos terrenos não edificadas (baldios) e construções abandonadas localizados no Município de Jateí/MS, considerando que eles contribuem, sobremaneira, à propagação de vetores de transmissão das doenças referidas, especificamente a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*;

2- façam uso do Poder-Dever de Polícia e dos instrumentos constantes nos Códigos de Postura e Sanitário do Município de Jateí/MS, e demais diplomas administrativos municipais, dentro de sua discricionariedade regrada, a fim de promoverem à execução de atos e diligências administrativas que visem a coibir a propagação dos vetores de transmissão da "Dengue", da "Zika" e da "Chikungunya", especificamente com relação a terrenos não edificadas (baldios) e construções abandonadas localizados na área urbana da sede e dos distritos do Município de Jateí/MS, devendo ser informado o Ministério Público acerca dos procedimentos administrativos instaurados para formalizar as diligências.

3- no prazo de 10 dias, constitua comissão ou nomeie servidor público a fim de dar prioridade na averiguação de "denúncias" encaminhadas relacionadas à má conservação de terrenos não edificadas (baldios) e construções abandonadas no Município de Jateí/MS; e

4- imediatamente, promova a divulgação adequada no Órgão de Imprensa Oficial do Município de Jateí/MS, da presente recomendação, com fundamento no art. 45 da Resolução n. 15/2007/PGJ.

As Autoridades Administrativas destinatárias deverão se pronunciar acerca do acatamento da presente Recomendação, no prazo de 5 dias (a iniciar a contagem após o primeiro dia útil do recebimento da presente recomendação), destacando-se que a ausência de manifestação importará em presunção de recusa ao seu cumprimento e, assim com o não acatamento, poderá ensejar a adoção das medidas judiciais cabíveis.

Expeçam-se notificações ao Município de Jateí/MS e à Secretária Municipal de Saúde de Jateí/MS para: (i) conhecimento e providências da presente Recomendação Ministerial; (ii) dar ampla divulgação do teor da presente Recomendação Ministerial, assim como à população em geral de Jateí/MS, devendo para tanto: (iii) imprimir e afixar cópias nos órgãos públicos e locais de grande circulação de pessoas, dando-lhe o devido destaque, inclusive no Diário Oficial do Município; (iv) publicar cópia eletrônica na página do órgão e/ou da Prefeitura Municipal local na rede mundial de computadores; (v) os destinatários ficam advertidos de que o descumprimento da presente Recomendação constitui em mora quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e eventuais ações judiciais; (vi) fixa-se o prazo de 05 (cinco) dias para que sejam informadas as providências tomadas no sentido do acatamento da presente Recomendação.

Expeçam-se ofícios e encaminhem-se cópias desta Recomendação aos Juízes de Direito desta Comarca, à Secretaria Municipal de Assistência Social, ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde, à Secretaria Municipal de Educação (*todas de Jateí/MS*), à Delegacia de Polícia de Jateí/MS, ao Presidente da Câmara de Vereadores de Jateí/MS/MS, ao(à) Diretor(a) do Hospital Santa Catarina de Jateí/MS, ao Defensor Público Estadual atuante na Comarca, ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do MPMS para melhor conhecimento e divulgação.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Cumpra-se. Às providências necessárias.

Fátima do Sul/MS, 02 de abril de 2024.

RODRIGO CINTRA FRANCO
Promotor de Justiça



ITAPORÃ

EDITAL N° 0001/2024/PJ/ITP

A Promotoria de Justiça de Itaporã - MS, nos termos do que dispõe o artigo 28, caput, do Código Penal e artigo 5º, da Resolução nº 043/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, cientifica a vítima no Inquérito Policial n. 08.2018.00125110-5, distribuído junto ao Poder Judiciário sob o n. 0023036-34.2018.8.12.0001), acerca do seu arquivamento.

Inquérito Policial n. 08.2018.00125110-5

Distribuição TJ n. 0023036-34.2018.8.12.0001

Investigado: A Apurar

Vítima: Neri Francisco Mahl

Finalidade: Notificar da vítima acima nominada acerca do ARQUIVAMENTO do presente feito.

Dispositivo: "Pois bem. Analisando minuciosamente o feito, verifica-se que, embora a materialidade do delito tenha sido comprovada, a autoria, por seu turno, não foi descoberta, posto que, embora tenham testemunhas que presenciaram os fatos, os depoimentos colhidos em sede policial não foram capazes de confirmar a autoria delitiva. Logo, não há um mínimo de embasamento probatório para o exercício da ação penal, pois está ausente elemento imprescindível ao manejo da ação penal, qual seja: indícios suficientes de autoria".

Itaporã, 23 de janeiro de 2024

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS

Promotor de Justiça

JARDIM

EDITAL N° 0004/2024/01PJ/JIM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000297-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: apurar a qualidade das águas dos Rios Santo Antônio e Miranda nos municípios de Guia Lopes da Laguna e de Jardim/MS.

Jardim, 02 de abril de 2024.

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO.

Promotor de Justiça.



PORTO MURTINHO

EDITAL N. 0001/2024/GACEP/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, abaixo especificado, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

O referido Procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo n. 09.2024.00003395-9

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Delegacia de Polícia Civil de Porto Murtinho

Assunto: Formalizar o exercício do controle externo da atividade policial consistente na realização de visita técnica à Delegacia de Polícia Civil de Porto Murtinho, no ano de 2024, nos termos do art. 4º, I, da Resolução CNMP n. 20/2007.

Porto Murtinho, 04 de abril de 2024.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

TRÊS LAGOAS

EDITAL N. 06.2023.00001315-9

A Promotoria de Justiça de Proteção à Infância e Juventude e do Consumidor de Três Lagoas/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2023.00001315-9, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001315-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rafael Coelho Prates

Assunto: Apurar conduta do atual conselheiro tutelar de Três Lagoas Rafael Coelho Prates, o qual, supostamente, teria extrapolado os limites de seu cargo, retirando uma criança da avó na cidade de José Bonifácio/SP e efetuando a entrega para a mãe biológica em Três Lagoas/MS.

Três Lagoas, 25 de março de 2024.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA

Promotor de Justiça